



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ATA			
Nome da demanda	Projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário”, em consonância com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Res. n.º 255/2018 do CNJ.	Ata n.º	3/2022
Assunto da ata	A mulher no mercado de trabalho e a participação feminina no TRT15.	Data	16/05/2022
Local	Plataforma Google Meet	Horário	das 10h10 às 11h48

2.1 – PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO	
Nome	Área
Luciane Storel	Desembargadora Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eleonora Bodrini Coca	Desembargadora integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Ana Cláudia Torres Vianna	Juíza Titular integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Patrícia Maeda	Juíza do Trabalho Substituta integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eliana Cordeiro Nassif	Diretora da Secretaria de Vara do Trabalho integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Célia Regina Diniz de Almeida	Servidora da Escola Judicial integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Juliana Barros de Oliveira	Psicóloga da Secretaria de Saúde
Berta Maria Leal Veloso	Oficial de Justiça de Campinas
Andrea Azevedo	Servidora
Andrea Thome Alves	Oficial de Justiça de Campinas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Débora Oliveira	Servidora - 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí
Eliana de Almeida Teixeira	Recepcionista – Fórum Trabalhista de Jundiaí
Andrea Vicente de Paula	Servidora - 4ª Vara do Trabalho de Jundiaí
Maria Aparecida dos Santos	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiaí
Josélia de Lima Barbosa Pereira	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiaí
Cleuza Luiza de Souza Cruz	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiaí
Claudia Regina Pacheco do Nascimento	Diretora de Secretaria - 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí
Maristela Rodrigues	Servidora - 4ª Vara do Trabalho de Jundiaí
Gislene Ferreira Barros	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiaí

2.3 – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS	
Nome	Área
Lara de Paula Jorge	Assessora da Escola Judicial integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Paula Toniatti	Secretária de Gestão de Pessoas integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário, destacada com dedicação integral pela Presidência
Francielle Barbosa Prado	Psicóloga da Secretaria de Saúde integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário

3 – PAUTA DA REUNIÃO
REPRESENTATIVIDADE

4 – DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS
--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Exma. Coordenadora do Grupo de Trabalho, Desembargadora Luciane Storel, dá início à reunião cumprimentando as participantes e relembando a temática a ser abordada na Oficina: representatividade feminina. Inicia os trabalhos agradecendo a presença de todas, com menção especial à presença da Exma. Desembargadora Rita de Cassia Bernardino Penkal, das colaboradoras terceirizadas do Fórum Trabalhista de Jundiaí e das servidoras do mesmo Fórum e do Fórum Trabalhista de Campinas.

Comunica a Exma. Desembargadora Eleonora Coca Bordini que, em virtude de reunião concomitante a esta oficina, precisará se ausentar por um período e que retornará assim que possível.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel informa do formato da oficina, esclarecendo que a palestrante convidada, Berta Maria Leal Veloso, fará sua exposição e em seguida a palavra será partilhada entre as demais participantes do encontro ressaltando a importância da participação feminina no Poder Judiciário.

Considerando o formato híbrido da oficina, a ser implementado pela primeira vez, a Juíza Patricia Maeda, que participa presencialmente no Fórum Trabalhista de Jundiaí, convida as colaboradoras terceirizadas e demais servidoras participantes a se apresentar ao grupo.

Em seguida, a Juíza Ana Claudia se apresenta e à palestrante convidada, Berta, mencionando seu currículo – graduada na Universidade Federal do Piauí, pós-graduada em Processo Civil na Universidade do Sul de Santa Catarina, atuou como advogada, é oficial de Justiça, tendo iniciado sua carreira no TRT da 22ª Região e atualmente na 15ª Região – e destacando seu valor como profissional amiga, mãe e mulher; noticia que o objetivo é que a convidada exponha seu pensamento, com sua visão sensível e crítica e que apresente, sob sua ótica e a partir de sua experiência pessoal, as necessidades comuns entre as mulheres de modo a contribuir com espaços abertos à participação feminina.

A palestrante Berta agradece o convite e se diz muito feliz pela existência deste grupo de trabalho; inicia a exposição citando levantamento do CNJ acerca da participação feminina no Poder Judiciário em que se verificou participação crescente nos percentuais de magistradas e servidoras na Justiça do Trabalho, desde a década de 80; no TRT 15ª a participação de magistradas é de 45% e na 2ª Instância é ainda muito pequena, 28,85%; no campo das servidoras, elas são 55,18% e entre as oficiais de justiça, 40%, embora esse número seja maior no oficialato de Campinas, onde atuam 11 mulheres, no contexto 21 oficiais. Entre estagiárias e terceirizadas, o índice é de 53%.

Segundo a palestrante, a participação da mulher no mercado de trabalho é difícil em função de sobrecarga e exige escolhas que acabam por obrigar a decisões que precisam ser tomadas em prol da vida pessoal ou profissional que, por vezes, desencadeiam conflitos internos a serem administrados. Sendo uma mulher casada, mãe de dois jovens inteligentes, universitários e autistas, sentiu-se solitária na tomada de decisões em razão de demandas específicas que precisariam ser atendidas, o que ocasionou, entre outras escolhas difíceis, sua vinda de Teresina para Campinas. Comenta que a pandemia foi extremamente prejudicial à saúde de seus filhos, especialmente a de um deles que apresenta quadro de depressão e ansiedade, como comorbidades também desafiadoras.

No dia a dia, há problemas comportamentais com os filhos como estereótipos e somatização com agitação, que são movimentos autorregulatórios inerentes ao quadro do espectro autista. O enfrentamento de tais situações requer paciência e é muito desgastante, levando a variações emocionais, por parte da palestrante, que diz sentir vontade de “desistir” embora saiba que é preciso buscar forças para seguir manejando o estresse diário. Berta relata que o trabalho de Oficial é favorável em seu contexto pessoal por propiciar que equilibre as funções familiares e as profissionais. Em dias mais difíceis, procura escolher, no painel dos processos, aqueles de maior facilidade; em dias



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

em que está melhor, a expositora resolve os processos complexos, utilizando a larga disponibilidade de tempo que é proporcionado pelo Oficialato.

Em alguns momentos, sente-se com a “síndrome do impostor”, que lhe causa crises pelo direito que sabe ter e ao mesmo tempo a impressão de estar usufruindo de privilégio indevido. Relata que, na função profissional, muitas vezes uma intimação pode parecer simples e não o ser. Citou caso de intimação em posto de gasolina que demandou força policial; expôs método de trabalho que aplica em cumprimento de mandados, preferindo não fazê-lo na companhia dos reclamantes; houve uma diligência que demandou força policial para retirar carro de luxo da garagem de uma residência; disse que, apesar de dificuldades como essa, quando o resultado é efetivo, sente-se muito bem em sua atuação profissional.

Berta destaca que a função do Oficial é solitária, e que sente falta da Central de Mandados, onde os Oficiais se encontravam e trocavam experiências cotidianas. Diz que a aglutinação com a Divisão de Execução foi negativa, dadas as diferentes atribuições desta última, onde se realiza pesquisa avançada, atividade que requer concentração; sente que precisariam conversar mais e agora não existe essa possibilidade; sente falta da sensação de pertencimento. Cita experiência no TRT da 22ª Região, em que foi Diretora de Secretaria, onde havia terapia em grupo para Oficiais de Justiça, com encontros quinzenais, a qual representava um espaço de acolhimento, de integração e um momento de descontração.

A palestrante menciona também sua empatia pelas colaboradoras terceirizadas que precisam ser acolhidas no trabalho, dado o acúmulo de funções pessoais e profissionais, assim como a dificuldade de transporte, entre outras.

Para finalizar sua fala, Berta cita o artigo “Mães não precisam só de autocuidado, mas sim de alguém que cuide delas” de Suniya Luthar, professora e pesquisadora em resiliência emocional, da Universidade de Columbia – EUA. Segundo Berta, a autora critica a usual metáfora referente às regras de segurança em aviões, onde se orienta que as pessoas coloquem primeiro suas máscaras e em seguida as das crianças. Afirma que as mulheres aceitam a narrativa de que precisam de um tempo para seu autocuidado sem se dar conta de que precisam de algo mais: alguém que cuide delas; o que seria um nutriente para sua alma e espírito. Sob a ótica da pesquisadora, por mais relevante que seja o autocuidado, muitas vezes deixa de ser um direito e passa a ser mais uma obrigação a ser cumprida, num universo já tão repleto de afazeres.

Em seguida, a Exma. Juíza Ana Cláudia assume a palavra dizendo haver-se identificado e emocionado em várias passagens da exposição de Berta; destaca alguns pontos como a necessidade de acolhimento, de pertencimento e da compreensão da necessidade de flexibilidade pelos outros, a qual viabiliza a conjunção da realização das tarefas profissionais às demandas familiares de forma satisfatória e gratificante.

Manifesta-se a Exma. Desembargadora Rita Penkal dizendo que “é uma grata satisfação estar aqui e ouvir o depoimento de Berta, que tem passado momentos mais difíceis mas encontrou um equilíbrio”; acrescenta que considera realmente importante compartilhar, desenvolver novas habilidades e procurar novos caminhos; que no seu caso pessoal, outras mulheres a ajudaram e é mesmo necessário defender ideias, desenvolver habilidades; a mulher precisa se autoconhecer e se presentear com situações que a agradam. Afirma sentir-se muito bem como Desembargadora tendo conseguido criar as filhas e exercer seu trabalho concomitantemente com sucesso e satisfação.

Por fim, indaga se as dificuldades narrada por Berta teriam sido por ser mulher, ouvindo como resposta que no caso específico citado talvez não tenha sido, mas que “o embate masculino é mais complicado”, o homem é, em geral, impulsivo e a mulher tem mais facilidade de dialogar. Berta cita



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

então um constrangimento por ser mulher numa diligência noturna, em uma residência, atendida por um homem, que a atendeu com o corpo escondido, dando a entender que estava em trajes inapropriados para receber. Berta considera que essa postura seja proposital mas está acostumada por haver passado por inúmeras ocasiões difíceis ao longo da carreira de Oficial.

A Exma. Desembargadora Rita Penkal agradece novamente o convite e explica que precisa se ausentar, disponibilizando-se para novos debates e pontuando considerar que a administração feminina tem um olhar diferenciado, com percepção mais aguçada das necessidades.

Ressalta a Exma. Desembargadora Luciane Storel a importância do espaço de fala da mulher e apresenta impressões acerca da estrutura do trabalho dos Oficiais, com destaque para o funcionamento da Central de Mandados de Campinas, com foco nos benefícios do contato humano presencial entre Oficiais.

Em seguida, a servidora Andrea Thomé confirma a condição solitária de trabalho; concorda que o encontro fortalece, promove empatia entre os colegas e proporciona soluções para o trabalho. Por vezes, uma diligência é difícil e seria importante a partilha com colegas, já que em casa muitas vezes não é possível desabafar. O trabalho do Oficial permite ter flexibilidade, mas, ao mesmo tempo, pode trazer demandas noturnas e de final de semana. A servidora descreve um episódio em que agendou um atendimento e foi recepcionada por um homem vestido com traje íntimo. Considera que há abusos por parte deles quando a Oficial é mulher. Confirma que são necessários cuidados para estarem “prontas para correr”. Destaca também dificuldades da dupla jornada de trabalho feminina.

Em continuidade, a servidora Andrea Azevedo agradece à palestrante pela exposição; diz sentir-se honrada por ter sido gestora dos Oficiais de Justiça de Campinas; destaca a dedicação de todos e sua preocupação com a exposição das mulheres no trabalho do oficialato. Segundo Andréa, a experiência dos oficiais é dolorosa e a situação física da Central de Mandados precisa de melhorias. Pensa que a Central e a Divisão de Execução poderiam funcionar conjuntamente. Comenta também que, durante sua gestão, tendo como professora a Juíza Ana Cláudia, tentou implementar uma rede de apoio entre os oficiais; conta que a divisão do espaço de Campinas por áreas foi ideia proposta por eles e aceita pela juíza Ana Cláudia. Louva o trabalho das Oficiais de Campinas, citando que merecem aplausos por receberem diariamente uma forte carga emocional.

Assume a palavra a Exma. Juíza Patrícia Maeda dizendo sentir-se plenamente contemplada pelas palavras de todas. Noticia que antes de ser juíza foi auditora e trabalhava “na rua”, enfrentando situações que eram muitas vezes difíceis; fala de “uma sociedade machista e patriarcal” que tem reflexos em algumas profissões exercidas por mulheres. Como juíza, vivencia outros enfrentamentos; entre eles, o desafio de conciliar maternidade e trabalho e cita a importância da profissional que a ajuda em casa e seu marido, como componentes de importante rede de apoio.

A psicóloga Juliana valida as dificuldades vivenciadas por Berta, nas condições de mãe e profissional; ressalta o sentimento de ambivalência da mulher, com referência à necessidade de provar constantemente sua capacidade e competência profissional em contraponto ao lado frágil e que precisa de cuidados. Afirma que a fragilidade, assim como a força, não é um atributo feminino, mas humano, e está presente em homens e mulheres.

Aproximando-se a oficina do encerramento, a Exma. Juíza Ana Cláudia afirma ser admiradora de todas as mulheres presentes no encontro. Pensando na operacionalização da rede de apoio e lembrando que o que tira a mulher “de combate” é a doença de filhos ou problemas em casa, propõe a criação de um grupo com boas ideias, por whatsapp ou chat, onde se lancem sugestões de alternativas para o bom enfrentamento de desafios cotidianos. Propõe também o estudo da viabilidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

de um trabalho de intermediação, pela área de psicologia, entre chefia e mulheres que se encontrem com dificuldades na conciliação de questões pessoais e profissionais.

Assume a palavra a Exma. Desembargadora Luciane Storel que manifesta a emoção sentida durante a exposição da palestrante Berta, partilhando dificuldades pessoais e familiares por que passou ao longo da vida, destacando momentos onde precisou encontrar forças onde não havia . Valida a necessidade de se criar um espaço de pertencimento, onde a mulher saiba que não está só e tenha a oportunidade de falar, o que, em si, tem função terapêutica e de acolhimento. Considera que o espaço desta oficina é propício para isso.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel se propõe a fazer um levantamento das ideias apresentadas no encontro, para que sejam votadas e encaminhadas ao Comitê de Gestão de Pessoas para eventual implementação. São elas:

- rede de apoio, incluindo um canal de comunicação da administração com as terceirizadas, estagiárias e delas entre si, onde se possam tratar das dificuldades enfrentadas. Após algumas trocas de ideias entre a Exma. Desembargadora Luciane e as Exmas. Juízas Patrícia e Ana Claudia, definiu-se por aprofundar o assunto na próxima oficina, cujo tema será sororidade.
- mediação de conflitos: informa que atualmente há um grupo sendo formado em “justiça restaurativa”, como sugestão da Comissão de Assédio Moral, o qual deverá ser de grande valia também para a Gestão de Pessoas;
- contato presencial dos oficiais onde o trabalho cooperativo seja propiciado, assim como a separação dos espaços entre Central de Mandados e Divisão de Execução;
- estudo de implantação de grupo da Secretaria de Saúde com os Oficiais de Justiça, para o manejo do estresse e das dificuldades por eles enfrentados. Com referência a esse tema, definiu-se a proposição de grupo a ser criado pelo Sindiquinze.
- chat de magistradas e servidoras que trate da participação feminina;
- grupo terapêutico para mulheres, a cargo da área de psicologia da Secretaria de Saúde.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel agradece e elogia a atuação da Secretaria de Saúde durante a pandemia, reforça a necessidade do olhar para as dificuldades pessoais e a possibilidade de se conciliar com as responsabilidades profissionais, ressalta também a relevância do espaço de fala para terceirizadas, estagiárias e oficiais de justiça; lembra que o tempo em que estamos no trabalho é maior que o tempo com a família em eventual descanso e convívio; portanto, o sentimento de pertencimento e de utilidade é fundamental.

A Exma. Desembargadora Luciane faz referência ao tratado internacional de 1965 em que se reconhece a mulher como ser humano. A sociedade era vista como composta por homens brancos acima de tudo. Não se quer um embate entre homens e mulheres, mas sim o reconhecimento do espaço de representatividade feminina a que temos direito.

Lembra a Exma. Desembargadora Luciane, Coordenadora do Grupo de Trabalho, que a próxima oficina será a última do ciclo de oficinas de Jundiaí, dando-se início ao ciclo de encontros com o Fórum Trabalhista de Campinas.

Diante disso, a Exma. Coordenadora do GT sugere que o próximo encontro seja no dia 13/06, às 10h, com o que as participantes concordam.

A Exma. Coordenadora do GT dá por encerrada a reunião e agradece à participação de todas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5 – APROVAÇÃO DA ATA	
Elaborada por	Juliana Barros de Oliveira
Revisada por	Luciane Storel
Considerada aprovada em	18/05/2022